

Celso Lafer

I

O Embaixador José Calvet de Magalhães exerceu cargos e funções da maior relevância na diplomacia portuguesa. Acumulou, assim, multifacetada experiência no trato das relações internacionais. É igualmente um estudioso da dinâmica do funcionamento do sistema internacional e um *scholar* de destaque no campo da História Diplomática do seu país. A esta combinação fecunda de reflexão e acção, soma-se, na sua trajectória, uma sensibilidade e um conhecimento da relação entre História e Biografia, que o levaram a escrever admiravelmente bem sobre a vida de Eça de Queiroz e Almeida Garrett, dois grandes escritores ligados à vida consular e diplomática de Portugal, e sobre a vida de Antero de Quental, poeta e pensador da modernidade que mais que nenhum outro influenciou a grande geração romântica que no seu país a principiou.

Em suma, ninguém melhor aparelhado do que Calvet de Magalhães para elaborar um livro preciso e conciso como *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, e traçar – com a segurança das virtudes do estudioso e do conhecimento por vezes directo do interveniente – o quadro do relacionamento entre Portugal e o Brasil, da Independência até aos meados da última década do século XX.

Estas relações configuram-se de maneira nova e com muito potencial de convergência nos anos recentes. Para isso vêm contribuindo, na parte lusitana (e disso Mário Soares é um símbolo), a afirmação da democracia em Portugal; o reposicionamento estratégico do país, derivado da positiva inserção de Portugal na Europa comunitária e da retomada *aggiornata* de sua dimensão atlântica, que imprime uma universalidade moderna à histórica presença portuguesa no mundo. Na parte brasileira, cabe destacar a consolidação da democracia no Brasil e a importância de uma economia aberta, estabilizada pelo Plano Real de Fernando Henrique Cardoso. Isto revigorou o alcance dos activos diplomáticos de um país de escala continental e vocação universal, que pautou e pauta a autoridade de sua acção internacional por uma construtiva moderação de feitio grociano, na linha da matriz operacional inspirada na tradição do Barão do Rio Branco, vale dizer: realismo na análise dos condicionantes do poder para, a partir dos factos, conceber e construir soluções diplomáticas ou jurídicas no encaminhamento dos temas relacionados à inserção do Brasil no mundo.

Estes dados luso-brasileiros inserem-se num sistema internacional reconfigurado com o término da Guerra Fria, caracterizado por polaridades indefinidas e trabalhado pelas forças centrípetas da globalização e centrífugas da fragmentação. Num mundo com estas características, preservar e ampliar instâncias baseadas nas afinidades; contribuir para o espaço da multipolaridade; realçar a importância para a paz, da democracia, dos direitos humanos e do comércio é do interesse geral e específico de Portugal e do Brasil.

O conjunto de factores acima mencionados potencia, no plano bilateral e multilateral – e neste inclui, por exemplo, tanto a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa quanto o papel do Brasil e de Portugal

nas relações Mercosul e União Europeia – o alcance da história comum e da comunidade da língua, da cultura e do afecto, cujos marcos diplomáticos Calvet de Magalhães elenca sucintamente e de maneira superior no seu *Relance*.

II

Ortega y Gasset observou que a perspectiva é um dos componentes da realidade. Ela não a deforma, mas a organiza. Esta avaliação epistemológica de Ortega, de carácter geral, é sem dúvida extremamente apropriada para a História Diplomática, que é naturalmente a expressão do ponto de vista de um país sobre o mundo. Com efeito, uma das tarefas do campo é a de analisar e investigar a especificidade política, económica e cultural da inserção de um país no seu contexto internacional e regional. Esta especificidade tem a dimensão de tempo mais longo, explicável em função de certos factores de persistência na vida internacional – por exemplo, a localização geográfica e os vizinhos; a maior ou menor proximidade dos focos de tensão presentes no centro do cenário internacional. Ela explica, também, a identidade internacional de um país, ou seja, o que caracteriza o conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam a visão e os interesses de um país, como actor no sistema mundial, da dos demais.

Faço estas considerações, mais ou menos óbvias, para explicar as razões e as motivações da minha leitura da realidade das relações luso-brasileiras. Com efeito, e obedecendo a uma dialéctica da complementaridade, o que se segue é um comentário analítico a partir de uma perspectiva brasileira, em torno dos factos marcantes apresentados por Calvet de Magalhães no seu *Relance*. É, por assim dizer, uma mirada da sensibilidade diplomática do outro lado do relacionamento bilateral.

O *Relance* trata de dois temas básicos da História diplomática e geral do Brasil. O primeiro é o da Independência, com as suas peculiaridades próprias de ruptura e continuidade em relação a Portugal, base, aponto eu, da especificidade brasileira no século XIX no âmbito das Américas: um Império em meio a Repúblicas; uma grande massa territorial de fala portuguesa, que se manteve unida, inserida num mundo hispânico que se fragmentava. O segundo é o tráfico de escravos e os problemas de sua repressão, vale dizer, os esforços ingleses neste sentido e o papel coadjuvante de Portugal pois, como se sabe, o tráfico é um dos graves temas da então incipiente História Diplomática brasileira, e a persistência da escravidão uma das grandes iniquidades que permeia, no século XIX, a construção da nacionalidade.

Na História Diplomática brasileira, a Independência e a repressão ao tráfico passam pela relação de Portugal com a Grã-Bretanha, na época a grande potência organizadora da ordem mundial. É justamente a proximidade de Portugal em relação à Grã-Bretanha que criará as condições para uma construtiva actuação diplomática lusitana em relação a dois contenciosos sérios, de inequívoca natureza intergovernamental, do Brasil com o Império Britânico, apresentados no *Relance*. O primeiro é a famosa questão Christie (1861-1866) que levou à ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Grã-Bretanha e, subsequentemente, à mediação diplomática portuguesa, encaminhadora do reatamento das relações. O segundo foram os bons ofícios de Portugal no reconhecimento, em 1896, pelo governo britânico, da soberania brasileira sobre a Ilha de Trindade, na costa do estado do Espírito Santo. Esta fora ocupada por forças navais britânicas, em 1895, com o intuito de incorporação ao Império, em função, no caso, da

exacerbação da lógica dos interesses estratégicos nas rotas marítimas do Atlântico Sul, de que é exemplo a presença inglesa nas Ilhas Malvinas.

III

No estudo da política externa, enquanto campo próprio de análise, uma das dicotomias clássicas é a distinção entre o «interno» e o «externo». Isto significa a hipótese de trabalho que detecta, na política externa, uma esfera que goza de uma autonomia em relação à política interna, proveniente das características do funcionamento de um sistema internacional de natureza inter-estatal e intergovernamental. Hoje em dia, num mundo globalizado, a separação entre o «interno» e o «externo» tende a diluir-se. Registo o comentário sobre a clássica separação entre o «interno» e o «externo» porque, a meu ver, o que caracteriza, desde o início, a especificidade das relações luso-brasileiras é, precisamente, a constante e recorrente interpenetração das duas esferas. Esta antecipada interpenetração no tempo tem a sua explicação na história comum; na língua compartilhada e no seu repertório de significados; na consequente fertilização cultural, ainda que assíncrona e intermitente, e na demografia.

Com efeito, o que caracteriza preponderantemente a agenda das relações luso-brasileiras, da Independência aos nossos dias? Diria, com base no *Relance*, que são os temas do uso da língua comum e do destino das pessoas que trafegam de um cais para outro cais, com todos os desdobramentos que daí derivam. Para exemplificar: o tema da extradição, para os que vinham ao Brasil depois de praticar crimes em Portugal (falências fraudulentas, roubos, moeda falsa); o tema da protecção de marcas de fábrica e de comércio, como vinho do Porto e da Madeira, pois havia muita falsificação destes produtos portugueses cujo consumo, no Brasil, parte do gosto português incorporado ao brasileiro; a protecção da propriedade intelectual de obras literárias, sobretudo porque eram escritas na língua comum; o automatismo da grande naturalização patrocinada pela República em 1889; os acordos ortográficos ligados à unidade da língua; os acordos postal e telegráfico voltados, nas relações recíprocas, para tarifas mais em conta, óbvia necessidade em 1942 e 1943 nas comunicações entre as famílias; e o acordo de 1946, para assegurar transporte aéreo regular entre os dois países.

O Acordo aéreo de 1946 é, por assim dizer, simbólico da contribuição que o Brasil – aliado e partícipe da luta contra os países do Eixo – deu para mitigar, no pós-Segunda Guerra Mundial, o relativo isolamento internacional do Portugal de Salazar. Este isolamento, parte deliberado, parte imposto, sem dúvida muito menor do que o da Espanha de Franco, só se modifica em função da lógica da bipolaridade que leva ao interesse e à consequente participação de Portugal na NATO e ao seu ingresso, em 1955, concomitante com o da Espanha, como membro da ONU.

É nesta moldura macro-política que se insere, no plano bilateral, o Tratado de Amizade e Consulta de 1953. O Tratado de 1953, expressão da ideia-força da comunidade luso-brasileira, consolida a agenda do «interno» como «externo», pois, na substância, trata da equiparação de portugueses e brasileiros; da livre circulação e estabelecimento de portugueses e brasileiros nos respectivos países, e da aplicabilidade do tratamento de nação mais favorecida aos cidadãos de ambos os países.

O «interno» como «externo» tem e teve impacto na diplomacia presidencial brasileira. Com efeito, o Brasil, como todo país continental, tem a tendência de voltar-se para dentro e não para fora. Para isso também contribui a barreira da língua portuguesa. Neste sentido, o à vontade e a familiaridade

proveniente desta interacção entre o «interno» e o «externo» – o não estranhamento, facilitado pela língua e pela cultura – explica, na perspectiva brasileira, o porque ir a Portugal tornou-se parte da prática da nossa diplomacia presidencial na sua vertente, para usar a classificação de Sérgio França Danese, de diplomacia dos encontros e dos deslocamentos.

Campos Sales, Hermes da Fonseca, Epiácio Pessoa, na condição de presidentes-eleitos, visitaram Portugal. Inauguram, na nossa primeira República, uma tradição que passa, com variados tipos de visita de distintos significados políticos, por Café Filho, Juscelino Kubitschek, Médici, Figueiredo, Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, e que agora estão institucionalizadas pela periodicidade das cimeiras luso-brasileiras.

A diplomacia presidencial, como expressão de uma diplomacia de cúpulas, tem, na opinião pública interna, uma de suas referências. Talvez o que ajude também a entender o percurso lusitano dos presidentes brasileiros seja o trânsito relativamente fácil de Portugal no âmbito da opinião pública brasileira, no século XX. Neste contexto, o grande exemplo simbólico deste potencial de agregação de simpatia é a viagem aérea ao Brasil dos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, no centenário da Independência.

A familiaridade do jogo do «interno» e do «externo» nas relações luso-brasileiras esclarece o porquê, no correr de todo o século XX – além das correntes migratórias dos portugueses para o Brasil e, mais recentemente, de brasileiros em Portugal – da presença, por força das vicissitudes das conjunturas internas em ambos os países, de asilados políticos brasileiros em Portugal e de asilados políticos portugueses no Brasil, com impregnação na sociedade civil, na opinião pública e na cultura.

Explica, também, atitudes e posturas, derivadas das afinidades no campo dos valores, quanto às formas de conceber a vida em sociedade. Como relata Calvet de Magalhães, são os republicanos portugueses que debatem e aceleram, em Portugal, o reconhecimento, em 1890, da República no Brasil. No início da República, a marinha portuguesa, com navios ancorados no Rio de Janeiro, acolhe os revoltosos da marinha brasileira, em episódio que levou Floriano Peixoto à ruptura das relações diplomáticas com Portugal, restabelecidas em 1895, na presidência Prudente de Moraes.

As afinidades ideológicas têm um papel na aproximação diplomática de Portugal e Brasil, iniciada no primeiro governo de Getúlio Vargas. É o paralelismo do «Estado Novo» de Salazar e do «Estado Novo» de Vargas que explica, por exemplo, o Acordo de 1941 entre o Secretariado Nacional de Propaganda de Portugal, dirigido por António Ferro, que o negociou, e o Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil – o DIP – de Lourival Fontes.

Com significado político muito distinto, em tempos mais recentes, observo eu, durante a vigência do regime militar de 1964, brasileiros da oposição acompanharam com o maior interesse, seja como exilados em Portugal, seja a partir do Brasil, os desdobramentos do término do regime salazarista. Com efeito, a Revolução portuguesa de 25 de abril teve o seu impacto na transição espanhola, e o que aconteceu na península ibérica, como um todo, foi matriz importante de reflexão e de acção política – entre outros de Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso – que, calcada sobre o esgotamento e término de regimes burocrático-autoritários, construiu no Brasil o processo da «abertura». Não é por acaso que Tancredo Neves, que catalisou com sucesso este processo, na viagem de 1985, que foi o seu momento presidencial, sinalizou, em Portugal, o reencontro do Brasil com a democracia. Nesta linha de raciocínio

vale a pena lembrar que a Constituição portuguesa, como expressão da reconstitucionalização democrática, foi fonte inspiradora das mais fortes da Constituição brasileira de 1988.

IV

O «interno» como «externo» que caracteriza boa parte das relações diplomáticas luso-brasileiras, como estou procurando realçar neste comentário, trouxe tensões entre Portugal e o Brasil quando, na agenda comum, se colocou um tema importante da política internacional: o problema do colonialismo português.

Como é sabido, o Portugal de Salazar contou, durante um longo período, com o apoio brasileiro – explícito ou reticente – para a persistência de uma política colonialista que a História revelou ser uma obstinação irrealista e cujo alto custo contribuiu para a própria derrocada do salazarismo. Neste apoio teve papel decisivo a comunidade de afecto que a diplomacia portuguesa explorou com competência e habilidade, tendo o lastro de apoios políticos internos relevantes. Entre eles, a acção da então influente e organizada comunidade portuguesa do Rio de Janeiro e o endosso do conservadorismo, em matéria de política internacional, de diplomatas de peso, de políticos brasileiros e da maioria da grande imprensa do país, que interpretavam a vida mundial exclusivamente à luz da bipolaridade Leste/Oeste e viam, conseqüentemente, em Portugal, o país membro da NATO e o aliado dos Estados Unidos.

No debate interno brasileiro, além da crítica política ao salazarismo, que passa a ter ressonância depois da saída, em 1959, de Álvaro Lins como Embaixador do Brasil em Lisboa, em função dos problemas e desdobramentos do asilo político concedido ao opositor português Humberto Delgado, merece destaque um novo enfoque sobre a política externa do país. Este enfoque ampliava o alcance do vector desenvolvimento da política externa de Juscelino Kubitschek – tema básico da política externa brasileira desde a Revolução de 30 – pois fazia uma renovada leitura da realidade internacional, a partir de uma perspectiva brasileira. Esta leitura levava em conta outras *nuances* do sistema internacional, inclusive a polaridade Norte/Sul e o seu potencial, que surgia nas brechas da interacção Leste/Oeste. Na sua formulação destacaram-se os Chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas, que operacionalizaram a «política externa independente» de Jânio Quadros e João Goulart. A «política externa independente», como apontou o Chanceler Araújo Castro em 1962, via, não só no desenvolvimento, mas também no desarmamento e na descolonização, os três D apropriados para nortear as linhas mestras da diplomacia brasileira.

A descolonização, realçada por Araújo Castro, era tema natural e apropriado para o Brasil, que surgiu para a vida independente na primeira grande leva da descolonização – a da América Latina no século XIX. Existia, conseqüentemente, sintonia e identidade em relação à segunda leva da descolonização, que se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial. Esta sintonia traduziu-se politicamente em 1952, na VII Assembleia Geral da ONU, na defesa da auto-determinação dos povos, inclusive dos povos dos territórios não autónomos. Em 1960, na XV Assembleia Geral da ONU, há importante voto brasileiro favorável à famosa declaração em prol da concessão de independência aos povos coloniais que ressalva, no entanto, a situação dos territórios portugueses. Também em 1960, qualificado como o ano da África, o Brasil, na presidência Juscelino Kubitschek, sendo Chanceler Horácio Lafer, atento ao processo de descolonização, reconheceu diplomaticamente dezassete nações africanas. Por isso mesmo, sustentar a posição colonialista portuguesa, com a rigidez com a qual foi se configurando, gerava para o Brasil um constrangimento, pois comprometia um componente de sua identidade internacional.

Em 1961, com a «política externa independente», este constrangimento aflorou, o que não impediu uma preocupação e cuidados com o empenho do governo português na matéria. Daí tentativas brasileiras de ajudar no encaminhamento de soluções construtivas, compatíveis com o tempo histórico, do problema colonial português, devidamente relatadas no *Relance*.

O regime militar brasileiro, instaurado em 1964, foi, no seu primeiro momento, em matéria de política externa, caracterizado por um maior alinhamento com os Estados Unidos. Isto arrefeceu, no plano oficial, o constrangimento do apoio às teses do colonialismo português mas não o eliminou, pois ele provinha de algo mais profundo, vinculado à identidade internacional do país. Se houve assim maior cuidado no trato do problema com as autoridades portuguesas não se verificou uma alteração de substância na posição do governo brasileiro, como aponta Calvet de Magalhães, o que indica, observo, uma linha de continuidade na política externa do Brasil.

Esta linha de continuidade compreensivelmente veio à tona mais adiante, com clareza, na gestão do Chanceler Mário Gibson Barbosa, que enfrentou inclusive, nesta matéria, uma visão mais simpaticamente utilitária à visão portuguesa, do então Ministro da Fazenda, Delfim Netto, como está registado no *Relance*.

Na presidência Geisel (1974-1978), na gestão do Chanceler Azeredo da Silveira – que coincidiu com a Revolução dos Cravos – a política externa do «pragmatismo responsável» aprofundou a linha de continuidade do anticolonialismo: o pragmatismo responsável foi inequivocamente anticolonialista. Retomou, na subtil análise de Gelson Fonseca Jr., os argumentos da política externa independente, num mundo diverso e mais receptivo – o da década de 70. Com efeito, as realidades do poder na década de 70 propiciaram maior legitimidade e, conseqüentemente, maior espaço para proposições de uma visão Sul no sistema internacional, que o Brasil explorou. Daí, no caso específico, as iniciativas brasileiras, por ocasião da derrocada do regime salazarista, do pronto reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e de Angola.

Estas iniciativas, cujas tensões do lado português Calvet de Magalhães regista, têm, na perspectiva brasileira, a sua razão de ser, que ele naturalmente não articula, mas que me cabe mencionar. Com efeito, do ângulo do Brasil, estas iniciativas têm o sentido – como relata o Chanceler Saraiva Guerreiro – de um resgate do que entre nós foi qualificado de «hipoteca» portuguesa. Esta «hipoteca», enquanto perdurou, colocava em questão a credibilidade de uma política africana brasileira mais abrangente; comprometia, no campo dos valores, a nossa identidade internacional e não resguardava interesses económicos ou estratégicos de peso do Brasil.

V

Os desdobramentos positivos da redemocratização portuguesa na década de 80 e o fim do regime militar, no Brasil, em 1985, ofereceram, como já foi apontado, novas oportunidades de convergência nas relações luso-brasileiras. À reflexão, no plano académico, sobre estas oportunidades, venho me dedicando em parceria com Álvaro de Vasconcelos desde o seminário que ele organizou, em Lisboa, em novembro de 1988, sobre «A Europa e o Brasil no limiar do Ano 2000». Este seminário teve ampla sequência nas periódicas reuniões do Forum Euro-Latino-Americano, iniciativa conjunta do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, de Lisboa, a que José Calvet de Magalhães preside desde 1985, e do Instituto Roberto Simonsen, do sistema FIESP-CIESP, de São Paulo.

No plano diplomático, este espaço de convergência, do lado brasileiro, vem sendo construtivamente explorado a partir da presidência José Sarney, que inclusive preconizou, em reunião realizada em 1989, em São Luis do Maranhão, a futura comunidade dos países de língua portuguesa, a CPLP, ideia impulsionada por José Aparecido de Oliveira, e que foi formalmente instituída em 1996, em Lisboa, na presidência Fernando Henrique Cardoso. É este acontecimento que fecha, aliás, o *Relance*.

Pelas razões expostas no início deste breve comentário, estou certo de que existirá continuidade no aprofundamento das relações luso-brasileiras. Para isso contribui com decisivo impulso a já comprovada *like-mindedness*, do lado brasileiro do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Chanceler Lampreia, e do lado português do presidente Jorge Sampaio e do primeiro-ministro António Guterres e do ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama. Este aprofundamento tem o respaldo da ação do comércio e dos investimentos dos dois lados, inseridos no contexto de uma perspectiva moderna, ajustada às realidades do cenário internacional contemporâneo. Tem, igualmente, o lastro perene da comunidade da língua, da cultura e do afecto.

A este propósito, permito-me apontar que ideias, sentimentos e percepção são componentes do processo decisório no plano internacional. Por este motivo, toda política externa associa aspectos qualitativos à dimensão mais quantitativa dos interesses. A força do «interno» como «externo», que caracteriza as relações luso-brasileiras, tem o vigor de qualitativo e, sobre este vigor de qualitativo, gostaria de dar, ao concluir, um depoimento pessoal.

Venho de uma família que não tem origem portuguesa mas que é lusófila desde que, no início da República, implantou suas raízes no Brasil. Esta lusofilia teve a sua dimensão qualitativa de política externa quando da gestão de Horácio Lafer no Itamaraty, que foi o Chanceler de Juscelino Kubitschek e que o acompanhou na visita a Portugal, de 1960, examinada no *Relance*. No meu caso, incursões de juventude, que resultaram em publicações sobre temáticas vicentinas e camonianas, propiciaram um mergulho e um gosto permanente pela cultura portuguesa, e foco nas raízes portuguesas como uma das chaves para o entendimento do Brasil.

O recorrente interesse pela cultura portuguesa me levou, no plano da análise política, a acompanhar de perto a crise do salazarismo, a Revolução dos Cravos e seus desdobramentos, e a incorporar, como outros estudiosos da Ciência Política, estes dados na reflexão sobre o processo da «abertura» brasileira, da qual participei.

Esta dimensão do qualitativo se fez presente em 1992, no plano diplomático, quando me coube a responsabilidade de chefiar o Itamaraty. A minha primeira experiência como ministro das Relações Exteriores coincidiu com a presidência portuguesa da então Comunidade Europeia. Naquela ocasião, se é certo que enfrentei um problema do «interno» como «externo» – o arrastado contencioso dos dentistas brasileiros em Portugal – também verifiquei o potencial de convergência que vinha explorando no plano académico. Participei, na cimeira de Guimarães, do primeiro diálogo dos Ministros das Relações Exteriores do Mercosul com os da Comunidade Europeia e, neste diálogo, contei com o apoio institucional e o estímulo pessoal do então Ministro dos Negócios Estrangeiros. O apoio da presidência portuguesa, e em especial de João de Deus Pinheiro, foi muito útil na pronta celebração do Acordo de terceira geração do Brasil com a Comunidade Europeia, assinado em Brasília, em 29 de Junho de 1992. Do meu lado, também contribuí para dar um lugar de destaque a Portugal na Conferência do Rio, sobre desenvolvimento e meio-ambiente, que foi o maior evento multilateral que o Brasil jamais sediou. Portugal participou, a convite do Brasil, com a voz e a presença do Presidente Mário Soares, na sessão de abertura da Conferência,

contribuindo ele com a sua magistratura de influência para articular uma contribuição lusitana à reflexão sobre «temas globais» que, através das grandes conferências da ONU, iniciadas com a do Rio, caracterizou a década de 90.

Mais recentemente, já na condição de Embaixador em Genebra, foi por minha iniciativa e com pleno respaldo do Itamaraty que o Brasil vem votando e actuando em conjunto na Comissão de Direitos Humanos da ONU, com Portugal e os demais membros da CPLP, na questão de Timor.

Em síntese e para concluir com o poema «Viagem» de Miguel Torga, creio que, com razão, tenho sido, na dimensão do qualitativo, levado pelo vento:

«O vento lusitano
É este sopro humano
Universal
Que enfuna a inquietação de Portugal.»

Genebra, Abril de 1998

Com ligeira adaptação de forma, este comentário abrevia, e amplia nalguns poucos passos, o prefácio, escrito em Abril de 1998, com que tive o gosto de apresentar ao público brasileiro a edição do *Relance* publicada em S. Paulo pela Paz & Terra.